

PERCURSOS CISHETERONORMATIVOS DA PSICANÁLISE E POSSIBILIDADES DAS CLÍNICAS NO SÉCULO XXI

CISHETERONORMATIVE PATHS OF PSYCHOANALYSIS AND POSSIBILITIES OF CLINICS IN THE 21ST CENTURY

RESUMO

Inspirado na proposta arqueogenealógica foucaultiana e na urgente necessidade de se debater cissexismos estruturais, este artigo problematiza implicações da teoria psicanalítica freudiana e lacaniana no sustento da ideia de que a neurose só se estabelece com a divisão cisgênera e heterossexual. Foram aqui debatidos trechos destas psicanálises na produção de conjunções discursivas cisheteronormativas, bem como na produção de problematizações à normalidade binária, cisgênera e heterossexual. Por fim, discutiram-se usos contemporâneos da primeira tópica freudiana no site do movimento Escola Sem Partido, usados para atacar o que lá se denomina ideologia de gênero. Resultados apontam para aplicações hodiernas da psicanálise, principalmente da primeira tópica freudiana, que corroboram com a manutenção da normalidade binária, cisgênera e heterossexual; da mesma forma, produtos da própria psicanálise, que ampliam as possibilidades da identidade, como a menção de Lacan à possibilidade de um terceiro sexo, a crítica lacaniana da condução freudiana do caso Dora, e a proposição lacaniana, contrária à economia doméstica aristotélica, de que a relação sexual não existe.

Palavras-chave: Discurso do Mestre. Cisheteronorma. Escola Sem Partido.

ABSTRACT

Inspired by Foucault's archaeological proposal and by the urgent need to debate structural cissexisms, this article aims to discuss implications of Freudian and Lacanian psychoanalytic theory in supporting the idea that neurosis is only established with the cisgender and heterosexual division. Excerpts from psychoanalysis were discussed in the production of cisheteronormative discursive conjunctions, and in the production of problematizations of the binary, cisgender and heterosexual normality. Finally, were discussed contemporary uses of the first Freudian topography on the website Escola Sem Partido were discussed, used to attack what is called gender ideology in the same website. Results point out that contemporary

Brune Camillo Bonassi

Mestre em psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorande em psicologia pela Universidade Federal do Ceará. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: brune.bonassi@gmail.com

Aluísio Ferreira de Lima

Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP. Professor Associado da Universidade Federal do Ceará. E-mail: aluisiolima@hotmail.com

uses of psychoanalysis, especially the first Freudian topography, corroborate with the maintenance of binary, cisgender and heterosexual normality; as well as products of psychoanalysis itself that expand the possibilities of identity, such as Lacan's mention of the possibility of a third sex, the Lacanian critique of the Freudian conduct of the Dora case, and the Lacanian proposition, contrary to Aristotelian domestic economy, that the sexual relationship does not exist.

Key words: Master's Discourse. Cisheteronormativity. Escola Sem Partido.

O enunciado da ideologia de gênero é constituído por uma gama de formações discursivas. A maioria delas advém de reações às produções feministas autointituladas radicais dos Estados Unidos da América das décadas de 1960 a 1980 (ECHOLS, 1991), e de produções *queer*, também dos Estados Unidos, dos anos 1990, em especial produções de Judith Butler¹. Tais produções feministas ilustram as manifestações mais diversas: Há as enunciações que tendem ao absurdo, como as visam a abolição de todas as diferenças humanas, incluindo as etárias, na questão sexual (FIRESTONE, 1972)²; e outras, que parecem estar mais alinhadas com a maior parte da produção feminista e *queer* contemporânea, como a noção do sexo e gênero como construções sociais, necessitando portanto serem ambas constantemente problematizadas para a não (re) produção da segregação cisheteronormativa (BUTLER, 2007).

Essas formações discursivas passaram minuciosamente pelo olhar da Igreja Católica, principalmente nas décadas de 1990 e 2000. Foi esta Instituição quem produziu e divulgou o conceito “agenda de gênero”, antecedente histórico de “ideologia de gênero” – enunciado também amplamente divulgado pelo mesmo meio (O'LEARY, 1997, LIONÇO, ALVES, MATTIELLO, 2018; NAGIB, 2013). A ideologia de gênero, então, se constituiu como um aglomerado provisório de formações discursivas, que são usadas estrategicamente em modos de governo e fazem uso de saberes históricos, como a psicanálise, ou críticas ao feminismo radical e ao marxismo. Esse enunciado, igualmente, tem sido, na produção acadêmica brasileira, descrito como um dispositivo retórico, que mobiliza uma estratégia reacionária e fundamentalista (LIONÇO, et al; JUNQUEIRA, 2017).

Este artigo visou problematizar um desdobramento possível nesse jogo de forças entre o fundamentalismo religioso e o feminismo/estudos *queer*: o que recorre às psicanálises para defender o ideal de família binária, cisgênera, heterossexual e procriativa.

¹ É interessante lembrar que brasileiros e brasileiras se reuniram no Brasil para queimar fotos e bonecos com o rosto de Judith Butler, acusando ela (Butler se identifica como não binária, e usa todos os pronomes) de bruxaria com gritos de “queima bruxa”. Também perseguiram Wendy Brown, esposa de Butler, no aeroporto porque a confundiram com Judith Butler.

² O texto de Firestone, aliado ao de Butler, foi utilizado pelo ministério público de Minas Gerais em processo contra o colégio Santo Agostinho por ideologia de gênero em set. de 2018. Associações da suposta ideologia de gênero com a pedofilia são geralmente rastreáveis à leitura que Dale O'Leary (católica ianque militante pró-família) estabeleceu de Firestone.

É relevante ressaltar que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) veta, nas resoluções 01/99 e 01/18, a prática de heterossexismo e cissexismo, ou seja, a violência da profissional em psicologia³ contra pessoas não heterossexuais e não cisgêneras, bem como também veta terapias de conversão à cisheteronorma. A psicanálise não possui um conselho próprio que proíba as práticas de cisheterossexismo, embora também se saiba que, mesmo no campo da psicologia, muitas denúncias não chegam ao Conselho, sendo recorrente psicólogas evangélicas e cristãs, psicanalistas ou não, sofrerem no dilema que divide a sua profissão e a sua religião (VIEIRA, HENÁNDEZ, UZIEL, 2013).

Temos como exemplo a citação de uma psicanalista, retirada do site Escola Sem Partido (ESP), que diz o seguinte: “na constituição de um ‘futuro psicótico’ ocorre exatamente a falta da inscrição normativa do complexo de castração que impede o reconhecimento e aceitação da diferença sexual como acontece nas neuroses.” (SOARES, 2019, p. 1). Na ausência da regulamentação da internet, na qual o Brasil tropeça em seus primeiros passos, esse tipo de conteúdo se torna informativo a cuidadores, crianças e adolescentes; além disso, chega nas escolas, atormenta docentes, segrega como doente e psicótico quem não está na normalidade cisgênera e reassenta a cisgeneridade em seu lugar de ideal normativo. O conteúdo de rápida divulgação do Escola Sem Partido, somado às propagandas eleitorais e à aparente necessidade humana de produzir segregação da diferença em cima de um ideal eugênico e narcísico, marcou o Brasil nas décadas de 2000 e 2010. Os efeitos da suposta ideologia de gênero reverberam até hoje, sendo um exemplo contemporâneo os mais de 16 estados brasileiros com projetos de lei contrários ao uso da neolinguagem, e as represálias ocorridas a docentes que não se opõe à inclusão proporcionada pela neolinguagem⁴.

A partir do problema deste artigo, foram trabalhadas produções históricas e implicações da teoria psicanalítica na manutenção da crença de que a divisão cisgênera e a heterossexualidade são necessárias no desenvolvimento psicológico saudável. A fim de localizar fragmentos da teoria psicanalítica que dão margem a esse entendimento, foram analisados textos de Sigmund Freud e Jacques Lacan sobre a divisão binária dos sexos e a compulsoriedade cisheterossexual. Esses dois autores foram escolhidos por serem citados no *website Escola Sem Partido: Educação sem doutrinação* (ESP), em materiais veiculados por esse *website*, e pela influência das suas teorias no Brasil.

3 Visto a existência de psicólogues que se identificam como não-binárie, neste texto será utilizada neolinguagem.

4 Infelizmente, é comum se ouvir que a neolinguagem não proporciona inclusão e iria (ainda por cima) dificultar o acesso de pessoas com alto grau de surdez ou mudez. A Língua Brasileira dos Sinais não é genericada em sua maioria, há sinais para homem e mulher e se adiciona esses sinais às palavras quando se deseja genericar. Além do mais, há pessoas com deficiência que são não-binárias. Embora os programas de leitura tenham problemas com palavras não pronunciáveis como *tod@as*, a proposta da neolinguagem que faz uso do *e*, como em *todes*, é perfeitamente legível. Há também quem afirme a não produção de inclusão pela neolinguagem, e defenda apaixonadamente o que considera a norma culta. São quase sempre pessoas cisgêneras, que esquecem que a linguagem é algo vivo. É um assunto interessante identificar os porquês dessas pessoas defenderem com tanto vigor a identidade e a linguagem binária a ponto de se tonarem verdadeiros gramáticos do século XXI apaixonados por sua profissão, tão participantes em redes sociais, e tão interessadas em pautas de pessoas com deficiência.

A pesquisa, para gerar este artigo, incluiu localizar, nas obras completas de Freud e Lacan, termos como “homossexual”, “invertidos”, “bissexual”, “lésbica”, “transexual” e “terceiro sexo”. Foram buscados esses termos em todas as obras da *Edição standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* da editora Imago, nos seminários e escritos de Lacan publicados pela editora Zahar, e nos seminários não publicados disponíveis em áudio e transcrição. Também foram rastreados aforismas lacanianos como “a mulher não existe”, “a relação sexual não existe”. Os seminários lacanianos 19, 20, 24, 26 e seus textos escritos foram fundamentais para a elaboração deste texto.

Após essa retomada histórica-conceitual da psicanálise, foram abordados exemplos encontrados no site do ESP, como o uso da psicanálise em caráter discriminatório para com pessoas ou famílias não cisgêneras e/ou não heterossexuais. As publicações foram encontradas na lupa do site, buscando a palavra “psicanálise”. Como o método de análise de inspiração arqueogenealógica foucaultiana contrapõe formações discursivas, aqui foram contrapostas formações discursivas de um regime histórico da psicanálise, contra outro regime histórico da psicanálise, a partir de uma problematização da visada feminista/*queer* do arquivo da pesquisa.

É importante lembrar que a psicanálise ocupou e ocupa um lugar político-estratégico na sociedade. Quanto às biopolíticas modernas: “Freud teria suspeitado dos efeitos devastadores desses mecanismos de poder que ambicionavam controlar e gerir a sexualidade.” (VIEIRA, HENÁNDEZ, UZIEL, 2013, p. 127). No entanto, apesar de ser um tanto visionária, a psicanálise não escapa de ser um produto de seu tempo, e de ter a teoria limitada pela inteligibilidade ontológica de um período. As produções deste vasto campo de saber-poder atuam tanto na validação quanto no desmonte da cisheteronorma. Como ela é usada nos dias de hoje, vai depender da pessoa que a usa, sendo possível um vasto campo de possibilidades, alguns campos também limitados pelos pilares éticos da psicologia.

O ser humano amará ou a ele próprio e a mulher que o cuida: os primórdios da psicanálise em Freud

Não fazer parte do conjunto dos normais, como estudado por Foucault (2001), implica uma série de mecanismos de produção da normalidade e coerção normativa. Estes mecanismos visam levar a pessoa ao modelo na época considerado ótimo, quem desvia desse modelo está sujeito à categorização como anormal. A pessoa diferente do que a normalidade estabelece não só é classificada como doente, costuma também ser considerada monstruosa, pois sua existência vai contra a natureza suposta (FOUCAULT, 2001), foge das normas ontológicas. Os monstros, os estranhos, apontam para o problema na definição do Estado de pessoa governável e rentável como binária, cisgênera, heterossexual, não-intersexo, sem deficiências. Cirurgias compulsórias, negativa de documentação, negativa de autoidentificação quanto

ao sexo, proibição de neolinguagem, omissão perante violências, mau preparo para fornecer hormonioterapia tanto na consulta quanto na distribuição dos hormônios, burocracia e má compatibilidade entre os dados do sistema, todas estas são ferramentas estatais de manutenção do binarismo cissexista no Brasil atual. Muitas mais poderiam ser listadas.

Freud (1856-1939), em um século em que não havia o feminismo organizado como há hoje e tampouco os transfeminismos, descreve definições de 1905 para conceitos contemporâneos: homossexuais, bissexuais, e homens que fazem sexo com homens (HSH). Os chama de invertidos absolutos, invertidos anígenos, e invertidos ocasionais, nessa ordem (1996c). A ideia de uma inversão deriva da que o objeto sexual normal seria, nos termos de hoje, o heterossexual, partindo de uma identidade cisgênera. A cisheteronorma está posta ontologicamente no imaginário freudiano na primeira tópica.

A teoria psicanalítica em 1905 é explícita, embora Freud, aqui e ali, demonstre dúvidas. Está claro que a instituição familiar deve estruturar o sujeito binariamente dividido dentro da ontologia cisgênera, e o direcionamento normal da pulsão deve ser heterossexual. Nota-se também a noção de normalidade ainda presente, mas viria a decair nos estudos posteriores de Freud.

O que afasta o perigo da inversão permanente do objeto sexual é, “sem dúvida, a atração que os caracteres sexuais opostos exercem entre si;” (1996c, p. 216), e “Uma das tarefas implícitas na escolha do objeto consiste em não se desencontrar do sexo oposto.” (FREUD, 1996c., p. 216). Nessa época, Freud vê a homossexualidade como doença ante uma heteronorma, ou ainda, antes desse neologismo, uma normalidade heterossexual (POLICARPO, 2016).

As causas da doença são teorizadas conjuntamente ao narcisismo. No texto *Sobre o narcisismo: uma introdução* (1914), Freud traz à tona alguns autores, sob a hipótese de que o narcisismo – nas palavras de Pau Näcke e Havelock Ellis: a atitude no qual uma pessoa trata seu corpo nos termos que trataria seu objeto sexual – poderia gerar uma identificação egóica tão forte, que colocaria o sujeito sob a influência do homossexualismo (FREUD, 1996a). Afinal,

Dizemos que um ser humano tem originalmente dois objetos sexuais - ele próprio e a mulher que cuida dele - e ao fazê-lo estamos postulando a existência de um narcisismo primário em todos, o qual, em alguns casos, pode manifestar-se de forma dominante em sua escolha objetal. (FREUD, 1996a, p. 95).

Os homens amariam a si próprios e a mulher que os cuidou, edipicamente repetida na esposa. As mulheres, como dito posteriormente no texto (FREUD, 1996a), amariam a si próprias e desejariam ser amadas por um homem, o qual as protegeria como o pai protegeu. Essa resolução do complexo edípico, considerada o normal à época, se provou insuficiente. Uma pessoa poderia se identificar com ambos os

genitores, bem como sentir atração sexual pelo genitor do mesmo gênero. Vale salientar: A teoria edípica mudará a partir de 1920, e ainda estamos em 1914.

O pensamento freudiano dessa época promove a ideia de que o narcisismo está separado em duas vias: em uma libido direcionada ao eu e outra voltada ao objeto (FREUD, 1996a). A primeira é a que difere o par eu/outro, quando o Eu descobre as bordas do próprio corpo ante o mundo e cria uma imagem ideal de si. É anterior à segunda (FREUD, 1996a) que coloca os termos do amor: o ser humano amará a si próprio e, dependendo da identidade de gênero, poderá amar a mulher que o alimenta ou o homem que a protege (FREUD, 1996a). Em um desvio da normalidade, poderá amar tanto a sua identidade de gênero, que amará alguém do mesmo gênero a fim de suplementar o narcisismo. Freud não percebe, na primeira tópica, o ideal do “eu” podendo não ser sexuado na cisheteronorma, e sua elaboração do narcisismo e do amor de objeto, necessariamente, passa pelos termos da norma.

Embora a binariedade cisgênera apareça junto à formação do “eu”, no sistema de normal/anormal, é necessário explicitar o porquê de ser posterior, questão que não foi tão bem elaborada por Freud. Para a psicanálise lacaniana, a distinção eu/outro, e por consequência o estabelecimento da identidade, ocorre por volta dos seis meses de idade, em um momento que Lacan denominou “estádio do espelho”. Esse momento da maturação psíquica envolve o estabelecimento de uma relação do organismo com sua realidade (LACAN, 1998). Deixemos tudo bem separado: essa realidade quer dizer a realidade do corpo como matéria, ontologia mínima que separa o “eu” do que não é o “eu”, é o estabelecimento de bordas corporais.

O estabelecimento de uma imagem ortopédica do corpo possibilita o entendimento identitário de si. A armadura da identidade (LACAN, 1998, p. 100), que decorre do estabelecimento da distinção eu/outro, blinda em alguma medida o sujeito de afetos simbióticos, os quais são indesejáveis. A mesma simbiose se percebe quando a falha narcísica é tão intensa que a relação romântica se transforma em uma relação de dependência psíquica. Para construir a identidade de si, a pessoa exalta a identidade do outro, que pensa lhe ser complementar, por norma histórica cisheterossexualmente complementar.

A segunda complementaridade posta por Freud, que envolve o amor e o investimento da libido no objeto, é a aceitação da identidade de gênero cisgênera e da orientação da sexualidade heterossexual. O ato de adaptar uma (cishetero)norma da sociedade de forma singularmente personalizada ao corpo produz modos de se posicionar frente ao outro como objeto de amor. Esses modos de se posicionar já foram chamados de papéis sociais de gênero, e é interessante retomar novamente esse termo.

“Papéis sociais de gênero” implica o pensamento de que, em uma sociedade necessariamente binária, há papéis masculinos e femininos, definidos com base em uma economia doméstica ideal, que pode ser retomada na ontologia aristotélica e na teologia judaico-cristã (LACAN, 2012; 1985). Esses papéis são ensinados como uma estrutura coerente e complementar, própria de um pensamento metafísico aristotélico, que define princípios, como a existência de (somente) homens e mulheres, e justifica esses princípios com a causa da procriação da espécie humana, atingindo

a imortalidade que, como pessoas individuais, não atingimos (ARISTÓTELES, 2016). Chegam a ser considerados leis da natureza, e são defendidos em sua literalidade até hoje pela maioria das igrejas judaico-cristãs e outros setores fundamentalistas religiosos da sociedade (LIMA, 2015).

É justamente a identidade de gênero que demarca a posição na qual o sujeito deve se colocar na função suposta do amor, é uma binariedade constitutiva. “O que possui a excelência que falta ao ego para torná-lo ideal é amado.” (FREUD, 1996a, p. 107). Freud supõe que nessa função sexual há um signo, unindo os significantes homem e mulher com o sentido, o amor, uma relação sexual.

Se antes de 1920 podemos falar de uma ideia de normalidade na teoria Freudiana, baseada em um modelo homeostático do corpo (PRATA, 1999, p. 68), após *Além do princípio do prazer* essa possibilidade de uma estruturação não ontologicamente falha é abandonada. Não só todo corpo está submetido à pulsão de morte, mas a própria angústia é constitutiva do sujeito e produz o recalçamento (PRATA, 1999, p. 74). Freud passa a conceber que no intuito de lidar com a agressividade da sexualidade a sociedade produz os códigos morais. No sentimento de autojulgamento por não conseguir atingir o ideal do eu, o sujeito produz as religiões, a culpa, e a humildade a elas relacionadas (FREUD, 1996b). Com a segunda tópica freudiana, teoricamente abandona-se, portanto, a ideia da existência de leis naturais da sexualidade humana: a religião de causa passa a efeito.

Embora Freud, em 1923, fale da bissexualidade constitutiva de todo ser humano (FREUD, 1996b, p. 44), uma mudança em relação ao passado, não consegue questionar o binarismo cisgênero posto como ontológico. Freud explica que “(...) a força relativa das disposições sexuais masculina e feminina é o que determina se o desfecho da situação edípica será uma identificação com o pai ou com a mãe” (1996b, p. 45), e que

(...) um menino não tem simplesmente uma atitude ambivalente para com o pai e uma escolha objetual afetuosa pela mãe, mas (...) também se comporta como uma menina e apresenta uma atitude afetuosa feminina para com o pai e tem ciúmes e uma hostilidade correspondentes em relação à mãe. (1996b, p. 46)

Assim, para Freud, um menino se comporta como uma menina perante seu objeto. Já com o arcabouço das teorias feministas e *queer*, se pode pensar que a própria compulsoriedade do binarismo sexual e da cisgeneridade produz essa situação. As relações de poder são imanentes das relações sexuais, são efeitos imediatos dos desequilíbrios nas mesmas e condição interna da diferenciação produtora (FOUCAULT, 2014). Nessa segunda perspectiva, o menino não se comporta como uma menina, é uma criança em construção de sua identidade, e sua identificação de gênero dependerá da inteligibilidade disponível na linguagem. Diferença ontológica, portanto, na qual uma criança está diante, e deve responder, a um jogo de verdades.

Em síntese, há três traumas fundantes da neurose na teoria freudiana. O primeiro trauma divide o ser humano e o exterior: existe um corpo que não deve

ser confundido com o que não é o corpo. É a blindagem identitária mínima, a qual costuma falhar em surtos psicóticos ou na dissociação/desfragmentação autista. Na teoria freudiana essa identidade primeira é ontologicamente binária no gênero. O segundo trauma estabelece o objeto de amor como, preferencialmente, o sexo oposto; e o terceiro trauma interdita as relações sexuais da criança dentro da própria família, a interdição do incesto. Tendo esses três traumas ocorrido, portanto, dado base para o entendimento de “princípios morais da sociedade” (FREUD, 1996c, p. 213), se pode dizer de uma sexualidade neurótica na psicanálise freudiana, de um amor narcísico e um amor de objeto.

A relação sexual não existe: o binarismo em que Lacan se debate

Foi suposto, e ainda é em alguns lugares, que a divisão binária cisheterossexual do sujeito estava amarrada, de alguma forma, à interdição do incesto e à inserção no laço neurótico. Nas palavras de Lacan, “O significante-mestre, ao ser emitido na direção dos meios de gozo que são aquilo que se chama o saber, não só induz, mas determina a castração.” (1992, p. 93). Entender essa frase requer um processo parecido com o de entender uma proposição de Spinoza. Requer referências à própria teoria (por isso às vezes se diz que a psicanálise fala uma língua à parte), e requer também uma lógica singular que se aprende no ler dos livros e na prática da psicanálise.

A partir do pressuposto de que todas as palavras estão no nível do significante, é possível estabelecer o começo deste debate. O significante não é signo, não é significado. O signo é o produto da junção da imagem acústica (significante) com um significado atribuído (SAUSSURE, 2006). “Manga” é um significante, e pode significar tanto a manga de uma camisa ou a fruta. No contexto (físico ou linguístico) em que essa imagem acústica for enunciada será determinado seu sentido. O significante não tem uma essência a priori, dependerá exclusivamente da necessidade no contexto. Da mesma maneira, o objeto ao qual a imagem acústica se liga não é por ela anteriormente determinado, uma peça estofada pode ser, dependendo do ponto de vista, uma cadeira, uma poltrona ou um sofá. Se todas as palavras estão no nível do significante, a palavra “mulher” também é vazia. Ela não existe para além das normas sociais e significados singulares a ela amarrados.

Com o “homem”, ocorre da mesma forma, e sua norma social está ainda mais bem delimitada: cisgênero, heterossexual, branco, socialmente monogâmico, com poder financeiro, obsessivo, sem deficiência, magro, cristão. Transitando por entre tais categorias, as chances sociais de se ter uma vida dificultada por preconceitos no Brasil é muito menor. Mas isso não quer dizer que a identidade “homem” tenha alguma validade além desta amarração singular que cada um faz para constituir a ilusão de unidade identitária. Não há uma natureza que amarra estes elementos, a amarração é constituída por cada ser que fala (*falasser/parlêtre*) em modos de gozo.

Ao mesmo tempo desta suspensão absoluta, se opera na direção contrária uma força estruturalista. A força estruturalista, em Lacan, é a que constitui noções abstratas como a de “identidade”. O conceito “identidade” já requer uma ontologia, um conjunto de pressupostos básicos do que é ser humano. Portanto, a “identidade” como proposição metafísica existe simultaneamente em dois momentos: um de absoluta suspensão, como quando pensada como conceito; e no outro momento em uma aplicação singular de um sujeito à um corpo, por meio de inúmeros processos de identificação. A nomeação requer uma estrutura linguística, a nomeação da identidade de gênero usará da inteligibilidade disponível em seu tempo e das possibilidades de criação de novas identificações.

Enquanto a ontologia humana necessita de princípios para existir, a henologia, por sua vez, método psicanalítico, estuda o Um quebrando binarismos. É importante ter em memória, a todo tempo, essa dicotomia entre henologia e ontologia ao ler algo escrito por Lacan, visto que a psicanálise lacaniana não busca fazer ontologia, mas sim “henologia” (LACAN, 2012, p. 147). Todos os atributos da “identidade” são, portanto, produções humanas localizados no tempo e espaço.

Ao pensar nas identidades de gênero, é necessário se ter em vista os conjuntos de vulnerabilização produzidos pelo machismo estrutural, heterossexismo estrutural e cissexismo estrutural, bem como o usufruto histórico masculino por exemplo, na posse de heranças: “Quando temos o usufruto de uma herança, podemos gozar dela, com a condição de não gastá-la demais. É nisso mesmo que está a essência do direito – repartir, distribuir, retribuir, o que diz respeito ao gozo.” (LACAN, 1985, p. 11). A herança colonial judaico-cristã e o longo patriarcalismo brasileiro (COSTA, 1979) não devem ser subestimados e desassociados das identificações e modos de gozo a elas/por elas amarrados.

Da frase inicial desta seção é possível extrair mais pedaços: “O significante-mestre, ao ser emitido na direção dos meios de gozo que são aquilo que se chama o saber, não só induz, mas determina a castração.” (LACAN, 1992, p. 93). Ao falar de significante-mestre, Lacan não só traz à tona toda a problemática do significante, que existe duplamente como estrutura e vazio, mas também introduz a palavra mestre. O discurso do mestre é um dos quatro discursos que Lacan elabora: o do mestre, o da histórica, o do analista e o universitário.

O discurso do mestre impõe dogmas ontoteológicos (LACAN, 1992) e impede a contestação, afirma a existência da relação (cishetero)sexual nos moldes da metafísica aristotélica. O discurso da histórica, sintoma do discurso do mestre (LACAN, 1992), sabe que há problemas nessa divisão da identidade. Enquanto pergunta sobre o que é a relação sexual, no entanto, o discurso histórico constitui o mestre, porque sua identidade binariamente dividida depende do saber do mestre (LACAN, 1992).

O caso Dora é exemplar nessa questão. Há, na psicanálise, um nome específico para o conjunto de leis que a economia doméstica aristotélica e judaico-cristã esboça: Nome-do-Pai⁵. O Nome-do-Pai implica que uma garota deve se sentir lisonjeada

⁵ O Nome-do-Pai é um atributo do discurso do mestre, visto que o discurso do mestre também se desdobra em outras facetas, como o discurso do capitalismo.

quando um tio lhe faz um avanço sexual. Esse preconceito que Freud incorreu é explicitado por Lacan ao discutir a histeria de Dora (LACAN, 1992). Dora sente nojo do tio ao ouvir seu investimento sexual, e isso, na visão de Freud, é um sintoma de histeria, uma moça normal deveria sentir-se lisonjeada⁶. Se opondo ao discurso do mestre, ontoteológico, temos o discurso da histérica que sabe que a ontoteologia é falha, mas não consegue sair dela. A resolução de Dora foi abandonar a análise, e como se sabe levaria ainda algumas décadas para que o feminismo explicitasse que a vontade de Dora era de ser respeitada.

A diferença entre o discurso da histérica e do analista é que o do analista se opõe à ontoteologia, por partir de um lugar que não é habitado por ela. O discurso histórico critica o discurso do Mestre sendo a ele solidário, porque faz uso dele (LACAN, 1992), e questiona a relação sexual, ao passo que o discurso do analista parte do pressuposto de que a relação sexual não existe. Por isso, um analista não faz ontologia, faz henologia: a dissolução dos binarismos pelo método de estudar o Um.

Lacan une as palavras *significante* e *mestre*. Na palavra *significante*, a lembrança de que a verdade só se dá como impotência e que toda ontologia é singularmente topológica. Em *mestre*, está descrito um conjunto de normas, ou, como chama Lacan, lei de estrutura/Nome-do-Pai, que remete à economia doméstica aristotélica e judaica/cristã. Essa lei de estrutura, já nos tempos de Lacan (LACAN, 1992), era estudada como um sintoma. Já se sabia que essa estrutura ontoteológica é falha, mas, ainda assim, a cisnorma era considerada como operador estrutural fundamental na identidade neurótica. Aprimorando o método henológico, Lacan ainda produz quase até o fim da vida um discurso histórico, que sustenta o mestre – Lacan parte da cisnorma.

Novamente: “O *significante-mestre*, ao ser emitido na direção dos meios de gozo que são aquilo que se chama o saber, não só induz, mas determina a castração.” (LACAN, 1992, p. 93). O saber, nesse contexto, é o conjunto de atos estilizados que constituirão a suposta relação sexual e todo sistema de legitimação dos mesmos atos. A identificação nos conjuntos de atos estilizados do gênero engendra e produz modos gozo do sintoma.

Assim, “O gozo do Outro, do Outro com A maiúsculo (*Autre*), do corpo do Outro que o simboliza, não é signo de amor.” (LACAN, 1985, p. 12). Não é signo de amor porque exercer atos estilizados de gênero, atos que supõe possível formar de dois um único ser com duas partes complementares, não garante que o amor aconteça e não garante a felicidade profetizada nos mitos derivados do judaico-cristianismo. Lacan está aqui também criticando a proposta freudiana de que o amor faz signo: seguindo à risca essa normalidade pode-se ainda perder a chance de amar.

O que é uma mulher? o que é um homem? o que cada um deve reproduzir para encontrar e viver o amor? Uma famosa formulação de Lacan diz: “amar é dar o que não se tem (a alguém que não quer isso)” (FINGERMANN, 2015). Ela aponta justamente

⁶ Na psicanálise atual, bem como em outros momentos da obra de Freud e Lacan, é possível encontrar a noção de histeria como subestrutura clínica desvinculada destes machismos. Representa uma constante insatisfação e capacidade de apontar o local onde os discursos falham. Em casos mais graves, a pessoa acaba só por estabelecer críticas a todes que se vincula.

para a impossibilidade dessa felicidade profetizada pela relação entre os sexos. Outras formulações famosas, como “a relação sexual não existe” (LACAN, 2012; 1985), levam para a problematização da produção histórica da economia doméstica patriarcal, e dos modos de gozo que ela engendra.

“O significante-mestre, ao ser emitido na direção dos meios de gozo que são aquilo que se chama o saber, não só induz, mas determina a castração.” (LACAN, 1992, p. 93). O significante que se fundamenta no discurso do mestre, que é emitido na direção da produção/manutenção dos modos de gozo (cisnormativos), não só induz a castração, mas a determina, porque o sujeito deve renunciar a outros gozos, deve se submeter à conformação com o corpo como ao nascimento⁷, à conformação com socializações previamente estabelecidas pela estruturação do gênero. Se uma pessoa se diz fora desse CISTema, será classificada como doente mental, como ainda hoje é pela Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10). A CID-11, a ser aplicada a partir de 2022 retira a transexualidade e outras expressões de gênero não cisgêneras do rol de doenças, mas mantém a intersexualidade.

A castração, nesse momento do ensino de Lacan, representa a submissão da própria vontade ao conjunto de leis que é o Nome-do-Pai. Nesse conjunto não está só a divisão binária do sujeito e as normas da economia doméstica. Nele, também se encontra um terceiro elemento: a interdição do incesto. Lacan mistura dois traumas, embora separe bem o primeiro: mistura o que é efetuado pela cisheteronorma, e a interdição do incesto. Percebemos que há continuidades, repetições discursivas, mas a descontinuidade de Freud para Lacan, é fundamental.

Lacan não acredita na consistência metafísica dos gêneros, por isso diz que o sujeito é a representação de um significante para outro (LACAN, 1992): a relação sexual binária só se mantém na função, sem ela homens e mulheres são categorias vazias. No entanto, para Lacan nessa época, por envolver questões estruturais da identidade, o sintoma decorrente da divisão binária em gêneros deveria ser mantido pela psicanálise como uma realidade compartilhada, permitindo a neurose (LACAN, 2007), opinião contrária à deste artigo.

Essa frase: “O significante-mestre, ao ser emitido na direção dos meios de gozo que são aquilo que se chama o saber, não só induz, mas determina a castração” (LACAN, 1992, p. 93), conclui equivocadamente. O preconceito cisnormativo leva a esse equívoco, é o mesmo no qual Lacan recai no *Seminário 19, Ou Pior...*, porém com uma diferença: aqui Lacan assume que a recusa do significante “homem” ou “mulher” não é tão problemática como querer fazer uma cirurgia para modificar o órgão genital.

Nessas condições, para ter acesso ao outro sexo, realmente é preciso pagar o preço, o da pequena diferença, que passa enganosamente para o real por intermédio do órgão. Um órgão só é instrumento por meio disso em que todo instrumento se baseia: é que ele é

⁷ Importante notar que em pessoas intersexo que sofreram cirurgias compulsórias essa lógica se inverte, elas supostamente necessitam se conformar com o órgão sexual que foi produzido cirurgicamente nos primeiros anos de vida.

um significante. É como significante que o transexual não o quer mais, e não como órgão. (...) Existe apenas um erro, que é querer forçar pela cirurgia o discurso sexual, que, na medida em que é impossível, é a passagem do real. (LACAN, 2012, p. 17)

Lacan equipara o sexo binário à um dado natural. A pessoa trans binária não quer o significante imposto a ela pela cisheteronorma, isso Lacan entende. O gênero não é estrutural no entendimento dele, mas o sexo é. Esse texto de Lacan é anterior ao *Problemas do gênero* de Judith Butler, em que ela problematiza o gênero como tão cultural quanto o sexo. A produção binarizante do sexo pela biomedicina atua, inclusive, na omissão dos mais de 40 estados intersexo, sendo, muitas vezes, mutiladora e mortificadora de possibilidades identitárias.

Ocorre de as pessoas quererem outra anatomia, construir uma intersexualidade, por exemplo. Ou ainda, terem a possibilidade de crescerem intersexo (MACHADO, 2005; CARPENTER, 2018; GONÇALES, VIEIRA, 2018). Essa passagem ao corpo só será vista como psicótica dentro de uma lógica cisnormativa, na qual se leva em consideração que cirurgias no próprio corpo e decididas em idade adulta são incabíveis em uma sociedade cisnormativa. As cirurgias de redução, retirada e aumento de mamas são uma demanda de pessoas não cisgêneras, porque então uma mulher cisgênera pode realizar um aumento e uma pessoa não binária masculinizada ao nascer (AMAB) precisa passar por um acompanhamento multidisciplinar por dois anos e ainda ter a chance de ter sua cirurgia negada ou postergada indefinidamente?

Será que a frase “O significante-mestre, ao ser emitido na direção dos meios de gozo que são aquilo que se chama o saber, não só induz, mas determina a castração.” (LACAN, 1992, p. 93) significa, por outro lado, um dos modos de determinar a castração, mas não o único? Lacan irá, no fim da vida questionar a obrigatoriedade do binarismo dos sexos:

Não há relação sexual, é o que eu tenho enunciado. O que compensa, dado que está claro que as pessoas, o que se chama como tal, quer dizer, os seres humanos, as pessoas fazem amor. Há uma explicação para isso: a possibilidade – que se note que o possível é o que já definimos como o que cessa de se escrever – a possibilidade de um terceiro sexo. Porque existem dois por aí, isso se explica mal.” (LACAN, 2019, p. 190)

Se esse binarismo cessa de se escrever há a possibilidade do terceiro sexo. “O terceiro sexo não pode subsistir na presença dos outros dois. Há uma forçagem que se chama iniciação, a psicanálise é uma anti-iniciação. A iniciação é isso que se eleva, se posso dizer, ao falo.” (LACAN, 2019, p. 227). A psicanálise como anti-iniciação parte da noção que os significantes são produções históricas passíveis de não-identificação. Lacan parece mudar a função da relação sexual para a função do espelho: “O que o imaginário faz, imagina o Real: é uma reflexão. A reflexão implica o espelho, é, pois,

no espelho que se exerce uma função. O espelho é o mais simples dos dispositivos. É uma função de alguma forma totalmente natural.” (LACAN, 2019, p. 201).

Em resumo, o significante-mestre determina um tipo de castração, nos moldes da economia doméstica aristotélica e judaico-cristã, carregando, junto à interdição do incesto, toda a cisheteronormalização. Ele foi considerado por Lacan como necessário à estrutura até quase o fim de sua vida, principalmente na época na qual ainda equiparava a anatomia ao real. Porém, a barragem do sujeito, a delimitação de seu corpo, bem como a barragem que afasta a vontade de exercer sua sexualidade no âmbito familiar, não são dependentes da binarização em gêneros.

A psicanálise e o Movimento Escola Sem Partido

Tendo sido problematizado parte da teoria freudiana e lacaniana no que concerne ao estudo da cisheteronorma, agora o texto se voltará aos usos da psicanálise no site do ESP. O site não se responsabiliza pelo conteúdo que publica, colocando a responsabilidade da palavra a quem lhes escreve. Uma psicanalista é a principal expoente do uso da psicanálise contra a “ideologia de gênero”.

Sua motivação, ela deixa explícita em uma entrevista à Rádio Voz (SOARES, 2019): matriculou suas crianças em um colégio cristão esperando que elas fossem educadas dentro de princípios morais judaico-cristãos, mas mesmo esse ambiente fora afetado pela ideologia de gênero. Suas crianças foram submetidas a aulas de educação sexual com um conjunto de livros os quais eu, assim como a psicanalista, considero inadequado. O conjunto de livros se chama *Educação sexual: perguntas e respostas*, escrito pela psicóloga Cida Lopes. Não se ensina nos livros sobre respeito à diversidade, se ensina sobre sons na hora do sexo, ensina com ilustrações cisheterossexuais, coloca a família como burra ou antiquada demais para conversar sobre sexualidade, entre outros problemas. A própria psicanalista afirma que os materiais do governo eram “(...) bem menos perniciosos que esse que foram adotados por esse colégio católico.” (SOARES, 2019, 11min 50s).

No site, se lê: “O pai é o representante da lei da cultura e do interdito; é através da função que ele exerce no complexo de Édipo que a criança adquire a instância reguladora do supereu ou superego, instância que representa a consciência moral.” (SOARES, 2019, p. 1). Dizer “o pai exerce uma função” é diferente de dizer que há um conjunto de moral e normativo, o “Nome-do-Pai”, o qual exerce a função de neurotizar o sujeito. Nesse segundo caso, existe uma função paterna, enquanto no primeiro caso necessita do homem cisgênero para exercer a função de pai. O entendimento de Soares é mais próximo da primeira opção.

Há uma tendência que a psicanálise identificou e que se provou útil na clínica: com uma frequência significativa, mães não desejam ou tem dificuldade de romper os laços simbióticos com a sua cria. É a famosa mãe crocodilo que deixa dentadas na criança por conta do seu desejo (LACAN, 1992). Essa simbiose, a partir da leitura

psicanalítica, pode desencadear uma psicose, ou uma inadaptabilidade do falasser no laço social. É fácil imaginar o porquê: se a mãe supre tudo que uma criança deseja e jamais se separa dela, a criança não irá desenvolver autonomia. Nesse caso o primeiro trauma não ocorre completamente, a divisão eu/outro não é suficientemente estabelecida. Em casos mais extremos pode impedir também o terceiro trauma, o da interdição do incesto.

No entanto, a função paterna não precisa ser efetuada por um pai. Pode ser exercida, por exemplo, pelo trabalho, que afasta a mãe da criança. A função paterna pode ser exercida pela própria mãe, por qualquer pessoa próxima, pelo desinteresse da mãe, entre outras possibilidades. A ideia de que uma criança filha de um casal não cisheterossexual desenvolverá uma psicose é um preconceito cisheteronormativo, porque há possibilidade de os traumas associados à castração/rompimento de simbioses acontecerem em outros arranjos familiares. No site do ESP podemos perceber o medo de um futuro psicótico na sociedade, em que haja famílias não cisheterossexuais:

Na constituição de um “futuro psicótico” ocorre exatamente a falta da inscrição normativa do complexo de castração que impede o reconhecimento e aceitação da diferença sexual como acontece nas neuroses. Assim, é urgente o combate a ideologia de gênero que, com a noção de igualdade de gênero e o incentivo às relações homoparentais, coloca em risco as diferenças sexuais que possuem função estruturante no desenvolvimento psíquico da criança. (SOARES, 2019, p. 1)

A psicanálise veiculada pelo ESP, nesse artigo de Soares, se adapta mais à primeira tópica freudiana, não chegando a atingir a segunda. Podemos ver explícito um ideal normativo, cisheteronormativo. Suas críticas à psicanálise lacaniana vão ser incluídas justamente na desconstrução que o período linguístico produz (SOARES, 2013).

Não há a dúvida característica da teoria freudiana. Para Soares, o sexo e os papéis sexuais são uma verdade estruturante e indispensável para o bem da sociedade, o que justamente me remete ao artigo *A tentação do bem: o caminho mais curto para o pior...* (KOLTAI, 2002). Nesse artigo, a autora estuda a emergência do fundamentalismo religioso, a partir da falha que o discurso da modernidade instaura no saber do Mestre. A falha gera uma ação de resistência sintomática, se apoia na noção de verdade, e utiliza da agressividade e da segregação.

No site do ESP também está publicada a manchete do blog *Encontrado a Alegria* de Abadie (2013), que faz alusão à entrevista de Soares à Rádio Voz, na qual diz: “Aquilo que é do campo do gozo, vamos dizer assim, do prazer sem freios, em psicanálise a gente chama do campo da morte. Se o pai não dá o limite, a lei ou a polícia vão dar o limite, se a lei ou a polícia não dão o limite a morte dá o limite.” (SOARES, 2013, 37min31s). Para Soares, sem a castração, nos moldes cisheterossexuais e realizados em

famílias nucleares, a psicose é desencadeada. Uma vez que isso ocorre, o sujeito não tem limites, não entende a lei que é imposta pela sociedade, estando assim sujeito a todo tipo de perigos que alguém não barrado encontra.

Certamente, na história da sexualidade (FOUCAULT, 2014) e da loucura (FOUCAULT, 1978), é possível identificar o destino das pessoas não cisheterossexuais na Modernidade europeia como, de fato, interdito pela lei. Os manicômios abrigavam tanto sodomitas, como mulheres insubmissas e crianças fruto de relações fora do casamento. É necessário lembrar, no entanto, que essas ações foram produções voluntárias de vulnerabilizações em pessoas que não se adequavam à normalidade cisgênera e heterossexual, considerada um ideal moral. Foram violências normativas a fim de dizimar a não cisheterossexualidade, meta que nos dias de hoje se considera impraticável e contrária aos direitos individuais na maior parte dos países influenciados pela Declaração dos Direitos Humanos (1945).

Quando Soares teoriza sobre o campo do gozo, podemos perceber um uso da segunda tópica freudiana em conjunção com um operador conceitual tipicamente lacaniano: a pulsão de morte que Freud articula é o gozo como repetição (LACAN, 1992). Essa repetição é contrária à vida: o princípio do prazer, único presente na primeira tópica, visa manter uma tensão mínima (LACAN, 1992), e essa tensão mínima é constantemente transbordada pelo gozo, por isso ele pode aparecer como destruição.

Ao se falar do gozo em Lacan, devemos situar qual gozo é falado. Dependendo de qual significante o acompanha, seu significado é modificado. Há também diferentes interpretações dos mesmos textos de Lacan, o gozo sem bordas (cisheteronormativas) pode ser visto tanto como destruição como potência, a depender de quem interpreta.

É contrário à alguns aspectos da vida alguém perceber que a cisheteronorma não cabe em seu corpo e buscar outra saída. É uma pulsão de morte porque a pessoa estará sujeita a toda uma série de coerções normativas. Nesses casos, há destruição da suposta homeostase, homeostase na qual um sistema entrópico como o do princípio do prazer tenta atribuir ao atrelamento do significante à norma (LACAN, 1992). É pela pulsão de morte que a vida se move, ela é destruição, mas no lugar do antigo surge possibilidades de novo. Em sua vertente mortificadora, ela também ocorre e destrói pessoas cisgêneras, a toxicomania é um exemplo de gozo que arrasta muitas pessoas com dificuldade em se estruturar, identificar e *savoir y faire* (saber-fazer localizado) com seu sintoma e com a chuva de identificações derramadas pela sociedade.

O gozo pode ser limitado pela cisheteronorma, e os meios de gozo podem ser circunscritos na produção estratégica de um modo de governo e de um ideal de amor. No entanto, a cisheteronorma não é condição para a limitação de gozo, e não será possível, como era, por exemplo, quando o Brasil era Colônia de Portugal, açoitar uma pessoa em público por lei porque ela não usa roupas de um gênero diagnosticado ao nascimento (ORDENAÇÕES MANUELITAS, 2021). Embora hoje em dia na questão de polícia e lei há a não criminalização assassinos travestis e não-binários, ou seja, uma omissão legal que faz supor o não status de sujeitos de pleno direito a pessoas trans e não binárias (BENEVIDES, NOGUEIRA, 2021), lentamente se avança nos direitos básicos da população não cisgênera.

Mesmo com a constante mortificação estatal, é possível reparar na emergência de identidades gênero dissidentes nas cidades. Muitas morrem, mas muitas mais se tornam. A internet torna tudo visível. A meu ver, supor que se possa barrar a emergência do que sempre existiu está mais fora da realidade no século XXI do que viver a sexualidade em outras identificações, apesar da cisheteronorma. Majoritariamente via Supremo Tribunal Federal, por ações diretas de inconstitucionalidade e ação direta de inconstitucionalidade por omissão, a população não cisgênera e não heterossexual está tendo o acesso a direitos fundamentais como saúde, educação e identidade, lentamente garantidos. A interdição do incesto, trauma fundamental, se insere nas pessoas não cisgêneras e não heterossexuais tal qual nas pessoas cis, hetero. Pessoas não cisgêneras podem estar nas quatro estruturas clínicas, a saber, a neurose, o autismo, a psicose e a perversão. São pessoas normais.

Utilizar a argumentação de que a não cisgeneridade seria uma psicose e um caminho para a morte no século XXI transparece um pensamento não atualizado com a biomedicina, com a psicologia, com a própria psicanálise hodierna, e repete supostas verdades do Mestre como em tempos de poder pastoral. A liberdade religiosa não deve passar por cima do estado laico pluriconfessional, e práticas clínicas deveriam saber separar estes dois campos.

A psicanálise encontrada no site do ESP é uma mistura de diversos momentos da psicanálise, selecionados apenas dentro do que convém ao ataque às dissidências da cisheteronorma. As modificações sobre o entendimento da sexualidade não são adicionadas à compreensão, tampouco as modificações legais relacionadas a esse assunto. A ideologia de gênero é, portanto, atacada como uma produção de um futuro psicótico. Embora esse site agora esteja desativado, devemos lembrar a sua influência na política brasileira nas décadas de 2000 e 2010, influenciando inclusive a retirada dos termos *gênero* e *orientação sexual* da terceira versão Base Nacional Comum Curricular, possibilitando a disseminação de conteúdos não regulados e não aprovados por especialistas, como o que Soares se deparou na escola católica mencionada.

Considerações finais

A produção da teoria psicanalítica esteve, e ainda está estritamente vinculada com o momento histórico em que é produzida. A legitimação da cisheterossexualidade foi pela teoria tanto considerada uma necessidade, quanto posteriormente questionada e diretamente criticada em sua produção de significantes. Há muitas formas de se fazer uso da psicanálise, e a ética da psicanálise não está descrita em um documento único, como está a ética da psicologia no seu código de ética.

A noção de normalidade biomédica vem sofrendo alterações, e a noção de normalidade na própria psicanálise freudiana e lacaniana decaiu com o tempo. Na CID-11, não está mais classificada como doença as não cisgeneridades, e o CFP produziu

resoluções como a 01/18 que veta a prática cissexista da pessoa psicóloga. As práticas coletivas apontam para o respeito à diversidade, e a psicanálise não deve se abster do tempo que vive.

O modo como o Escola Sem Partido veiculou formações discursivas desse campo de saber-poder remete à sexualidade como entendida por Freud na primeira tópica, sem os questionamentos sobre a bissexualidade inerente do ser humano da segunda tópica ou o questionamento dos significantes realizadas por Lacan no decorrer de seu ensino. Também não está de acordo com diretrizes de um estado laico pluriconfessional, e pode ser usada de forma impositora em pessoas em vulnerabilidade, inclusive por pressão dos complexos familiares. O suposto saber atribuído à psicanálise naquele contexto fornece uma legitimidade, a qual pode passar a um leitor que desconhece o pensamento de Lacan, como científica. Cientificidade atribuída a uma racionalidade pautada na segregação, nada novo quando se traz à memória o higienismo e eugenismo moderno. Há de se ter muito cuidado com o que se defende, principalmente estando na posição de semblante de objeto a.

Embora o Escola Sem Partido já não esteja atuante no Brasil como esteve nas décadas de 2000 e 2010, ele foi uma fonte importante de divulgação de um tipo de conhecimento corroborativo com as práticas de vulnerabilização de pessoas não cisheterossexuais. São necessários mais estudos que aproximem as questões de gênero e a psicanálise. Isto é necessário para a atualização da prática clínica. Mas não só: são necessários estudos cujo teor ativamente busque explicar o conhecimento complexo e desfazer falácias causadas pela rápida associação de ideias não relacionadas.

A noção de ideologia de gênero, cunhada dentro da Igreja Católica a partir da noção de agenda de gênero de Dale O'Leary, apresenta muitos aspectos de paranoia. Isto por si só já é assunto para vários artigos. Fica ainda mais interessante quando se adiciona as grandes paranoias políticas, como quando O'Leary alerta que o feminismo marxista de Shulamith Firestone iria efetivamente destruir a família e derradeiramente a cultura (O'LEARY, 1997). Para O'Leary, incluir a noção de gênero nos textos oficiais da ONU, como começava a ocorrer em 1995, era um sério alerta para a destruição dos modos de vida familiares.

A mim, é surpreendente como textos tão fora da realidade como o de O'Leary e o de Firestone⁸ alcançaram tamanha magnitude política, a ponto de chegar ao Brasil, e ideologia de gênero ser palavra-passe para a implementação de um governo cujo propósito é dismantelar os direitos fundamentais de pessoas não cisgêneras e não heterossexuais. Se torna um pouco mais visível a força destas formações discursivas quando penso no longo histórico de poder pastoral e colonização judaico-cristã ao qual o Brasil esteve e está submetido. O Nome-do-Pai caiu, e quem está buscando reerguê-lo se debate ante a ausência que o buraco causa.

⁸ Firestone chegou a ser internada por esquizofrenia, e acredito que seu caso realmente não fosse uma neurose. Ela propõe abolir inclusive a noção de incesto, se denominava uma feminista radical. Seu texto foi utilizado juntamente com o *Problemas do gênero* de Judith Butler pelo ministério público para processar a escola católica mencionada neste artigo. O livro de Firestone criticado por O'Leary tem o título *The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution*.

Referências bibliográficas

ABADIE, Camila. Sexualização nas escolas. *Escola sem partido: educação sem doutrinação*, 2013 Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/sexualizacao-nas-escolas/>. Acesso em: 17 de março de 2021.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo, Martin Claret, 2016.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. *Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble*. New York, Routledge, 2007.

CORRÊA, Carlos P. Três tempos históricos: Lacan, pré e pós. *Estudos de psicanálise*, Salvador, n. 31, out. 2008, p. 29-35.

COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

ECHOLS, Alice. *Daring to be bad: radical feminism in America, 1967-1975*. Minneapolis: American Culture, 1991.

FREUD, Sigmund. *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos*. Rio de Janeiro, Imago, 1996a.

FREUD, Sigmund. *O Ego e o Id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro, Imago, 1996b.

FREUD, Sigmund. *Um caso de histeria, três ensaios sobre a sexualidade e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996c.

FINGERMANN, Dominique. Amar adentro. *Stylus*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 30, jun. 2015, p. 103-110.

FIRESTONE, Shulamith. *The dialectic of sex: The case for feminist revolution by Shulamith Firestone*. New York: Morrow, 1972.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Gallimard, 1978.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

GONÇALES, Anderson A; VIEIRA, Tereza R. Bioética, intersexualidade, e o direito à livre determinação sexual. In: DIAS, Maria B. *Intersexo*. Barra Funda: Revista dos Tribunais, 2018, p. 405-423.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: Ribeiro, P. R. C., & Magalhães, J. C. (Orgs). *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017, p. 25-52.

KOLTAI, C. A tentação do bem: o caminho mais curto para o pior... *Ágora: estudos em teoria psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan./jun. 2002, p. 9-17.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. Radiofonia. In: LACAN, Jacques. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Zahar, 2003, p. 400-447.

LACAN, Jacques. *O seminário: A topologia e o tempo*. Lages, KDP (Kindle edition), 2019.

LACAN, Jacques. *O seminário: mais, ainda*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. *O seminário: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar, 1992.

LACAN, Jacques. *O seminário: o sinthoma*. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.

LACAN, Jacques. *O seminário: ...ou pior*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

LIMA, Luís Corrêa. Estudos de gênero vs. Ideologia: desafios da teologia. *Mandrágora*, São Paulo, v. 21, n. 2, mar. 2015, p. 89-112.

MACHADO, Paula Sandrine. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, jan./jun. 2005, p. 249-281.

MILLER, Jacques-Allain. *El ultimíssimo Lacan : Los cursos psicoanalíticos de Jacques Allain-Miller*. Buenos Aires: Paidós, 2014.

O’LEARY, Dale. *Gender Agenda*. Louisiana, Vital Issues Press, 1997.

ORDENAÇÕES MANUELITAS. *TÍTULO XXXI: Do homem que se veste em trajos de mulher, ou mulher em trajos de homem, e dos que trazem máscaras*. livro. 5, tít. 31 Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/l5p90.htm>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

PRATA, Maria R. O Normal e o patológico em Freud. *Physis*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 1, jan./jul. 1999, p. 37-81.

POLICARPO, Verônica M. N. M. Para lá da heteronorma: subjetivação e construção da identidade sexual. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 2, mai./ago. 2016, p. 541-567.

SOARES, Rejane. Porque os pais devem dizer NÃO à ideologia de gênero. *Escola sem partido: educação sem doutrinação*, ano não informado. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/porque-os-pais-devem-dizer-nao-a-ideologia-de-genero/>. Acesso em 17 de março de 2021.

SOARES, Rejane. Sexualização nas escolas. *Encontrando a alegria*. Entrevistadores: Gustavo Abadie e Camila Abadie. Entrevistada: Rejane Soares. Cidade não informada, 22 de novembro de 2013. Entrevista de rádio à Rádio Voz.

VIEIRA, Luciana F.; HERNANDEZ, Jimena de G.; UZIEL, Anna P. As psicólogas e a homossexualidade: noções, princípios e exercício profissional. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres*. Brasília: CFP, 2013, p. 121-148.